

LEI MUNICIPAL N.º 3.820/2024

Fixa os Subsídios dos Vereadores e Dá Outras Providências.

MICHAEL KUHN, Prefeito Municipal de Selbach-RS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou o Projeto de Lei do Legislativo nº 006/2024, e o mesmo sanciona e promulga a presente Lei.

Art. 1º - Os Vereadores do Município de Selbach/RS, para a Legislatura de 2025/2028, perceberão subsídios mensais nos termos desta Lei.

Art. 2º - Os Vereadores perceberão um subsídio mensal em parcela única de valor igual a R\$ 4.180,00 (Quatro mil, cento e oitenta reais). Mensais

§ 1º - O subsídio do Presidente da Câmara se constituirá de parcela única no valor de R\$ 4.900,00 (Quatro mil e novecentos reais). Mensais

§ 2º - No caso de Licenciamento por doença, devidamente comprovado por atestado médico, o Vereador perceberá seus subsídios integrais, deduzida a parcela paga pelo sistema previdenciário a que estiver vinculado.

§ 3º - A ausência do Vereador a reunião plenária da Câmara, sem justificativa legal, determinará um desconto em seu subsídio de valor proporcional ao número total de reuniões mensais.

§ 4º - O Vereador que deixar de comparecer a uma Reunião Ordinária mensal, sem justificativa legal e comparecer a uma Reunião Extraordinária dentro do mesmo mês, fará jus ao subsídio integral.

Art. 3º - Os subsídios dos Vereadores serão reajustados por lei específica de iniciativa da Câmara de Vereadores, nas mesmas datas e nos mesmos índices em que for procedida a revisão geral dos servidores do Município.

Art. 4º - Além do subsídio mensal, os Vereadores perceberão, em dezembro de cada ano, na mesma data que for pago o décimo terceiro salário aos servidores municipais, uma quantia igual aos respectivos subsídios vigentes naquele mês.

Art. 5º - Durante o recesso, quando convocada para sessão legislativa extraordinária, a Câmara Municipal deliberará somente sobre a matéria objeto da convocação.

Art. 6º - Em caso de viagem para fora do Município, a serviço ou representação da Câmara, o Vereador perceberá as diárias que forem fixadas na forma da Lei.

Art. 7º - Em qualquer circunstância, serão obedecidas as limitações impostas pelos artigos 29, inciso VII, 29-A, § 1º e 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Art. 8º - As despesas decorrentes desta Lei, serão atendidas pelas dotações orçamentárias próprias.

Art. 9º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO, em 21 de março de 2024.

Michael Kuhn
Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se e
Cumpra-se, em 21.03.2024

Fabricio Schneider
Secretário de Administração,
Fazenda e Planejamento

Elaboração da minuta e visto:

Renan Pedro Knob
OAB-RS 84.781
Assessor Jurídico